
**Concessionária
Rodovias
do Tietê S.A.**

*Demonstrações financeiras intermediárias em
30 de junho de 2017
e relatório do auditor independente*



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras intermediárias

Aos Administradores e Acionistas
Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias da Concessionária Rodovias do Tietê S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

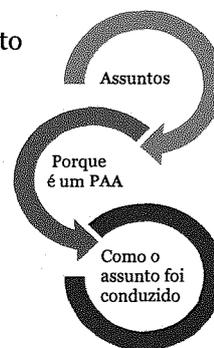
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras intermediárias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária Rodovias do Tietê S.A. em 30 de junho de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras intermediárias como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras intermediárias e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.





Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Projeções de resultado utilizadas na avaliação do valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis e na realização de tributos diferidos

Notas “3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas”, “9. Imobilizado” e “10. Intangível” às demonstrações financeiras intermediárias.

Notas “3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas” e “8. Imposto de renda e contribuição social” às demonstrações financeiras intermediárias.

As projeções de resultado são base para a elaboração de fluxos de caixa futuros descontados que demandam a adoção de premissas e julgamentos significativos, a fim de determinar uma adequada mensuração do valor recuperável dos ativos intangíveis e dos ativos imobilizados.

Focamos nossos trabalhos nessas projeções da administração, que incluem premissas relevantes e nem sempre objetivas, tais como curva de crescimento de tráfego, percentuais futuros de reajuste de tarifa de pedágio pela ampliação de rodovias, entre outras. Variações na realização dessas premissas podem impactar significativamente a recuperação dos saldos registrados e, por consequência, os resultados das operações e a posição patrimonial e financeira da Companhia.

Entre outros procedimentos, testamos a consistência entre as principais premissas utilizadas, bem como as comparamos com os orçamentos atuais aprovados e com as expectativas do setor em que a Companhia atua.

Realizamos análise de sensibilidade e recalculamos as projeções considerando determinados intervalos e cenários de taxas de crescimento e de descontos, bem como efetuamos leitura das divulgações realizadas.

Adicionalmente, comparamos as projeções realizadas pela administração nos anos anteriores para o semestre findo em 30 de junho de 2017 em contraposição ao resultado efetivamente realizado.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e as premissas utilizadas pela administração na projeção do resultado são razoáveis, no contexto das demonstrações financeiras intermediárias.



Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Capitalização de gastos no ativo intangível

Notas “3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas” e “10. Intangível” às demonstrações financeiras intermediárias.

Os gastos incorridos na construção ou melhoria da infraestrutura usada para prestar um serviço público, para operar e manter essa infraestrutura durante determinado prazo e para obter o direito de exploração da concessão são representados contabilmente pelo ativo intangível da concessão e apresentam valores expressivos em relação ao conjunto das demonstrações financeiras da Companhia.

Focamos nossos trabalhos na adequação das adições dos gastos elegíveis de serem capitalizados, uma vez que essas adições podem representar custos não qualificáveis ou que não representem obras efetivamente realizadas para ativação de acordo com as normas contábeis.

Entre outros procedimentos, avaliamos as principais premissas e julgamentos adotados pela administração da Companhia para a identificação, elegibilidade e registro dos gastos capitalizados no ativo intangível, bem como avaliamos o desenho e eficácia dos controles internos que suportam as adições registradas nas demonstrações financeiras.

Ademais, com base em testes amostrais, confrontamos as adições efetuadas com as respectivas documentações suportes, bem como observamos as obras realizadas por meio de inspeções físicas. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações realizadas pela Companhia a respeito desse assunto.

Os resultados de nossos procedimentos nos proporcionaram evidências de auditoria apropriadas e suficientes em relação a esse tema, no contexto das demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao semestre findo em 30 de junho de 2017, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras intermediárias da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.



Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e das demonstrações financeiras intermediárias do semestre findo em 30 de junho de 2016, apresentadas para fins de comparação, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatórios de auditoria, com datas de 28 de março de 2017 e de 28 de setembro de 2016, respectivamente, sem ressalvas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras intermediárias e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras intermediárias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras intermediárias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras intermediárias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras intermediárias

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras intermediárias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras intermediárias.



Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras intermediárias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras intermediárias.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras intermediárias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras intermediárias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras intermediárias, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras intermediárias



Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

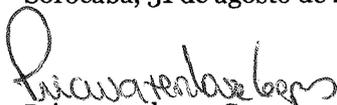
representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

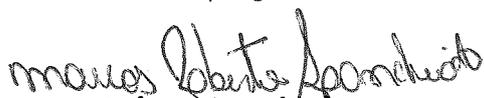
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos /os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras intermediárias do período corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Sorocaba, 31 de agosto de 2017


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F"


Marcos Roberto Sponchiado
Contador CRC 1SP175536/O-5

Índice

Balanço patrimonial	2
Demonstração do resultado	3
Demonstração do resultado abrangente.....	4
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	5
Demonstração do fluxo de caixa	6
Demonstração do valor adicionado	7
Notas explicativas às demonstrações financeiras	8
1. Contexto operacional	8
2. Base de preparação e resumo e resumo das principais práticas contábeis	9
3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas	14
4. Caixa e equivalentes de caixa	16
5. Aplicações financeiras vinculadas	16
6. Contas a receber.....	17
7. Impostos a recuperar.....	17
8. Imposto de renda e contribuição social.....	18
9. Imobilizado	20
10. Intangível	22
11. Partes relacionadas.....	24
12. Provisões	25
13. Debêntures	28
14. Patrimônio líquido.....	30
15. Receita operacional líquida	31
16. Custos e despesas por natureza	32
17. Despesas e receitas financeiras	33
18. Benefícios a empregados	33
19. Resultado por ação	34
20. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro.....	34
21. Valor justo dos ativos e passivos financeiros	38
22. Seguros	39
23. Informações complementares dos fluxos de caixa	40
24. Eventos subsequentes.....	40

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Balanço patrimonial Em milhares de reais

Ativo	30/06/2017	31/12/2016	Passivo e patrimônio líquido	30/06/2017	31/12/2016
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	12.757	1.680	Fornecedores e prestadores de serviços	15.115	24.879
Aplicações financeiras vinculadas (Nota 5)		600	Debêntures (Nota 13)	22.756	14.076
Contas a receber (Nota 6)	14.895	16.715	Credor pela concessão	301	719
Despesas antecipadas	1.874	1.645	Obrigações tributárias	2.986	2.921
Impostos a recuperar (Nota 7)	9.205	9.433	Obrigações trabalhistas	3.799	3.296
Outros ativos	1.328	906	Provisões (Nota 12)	8.954	1.787
			Outros passivos	228	427
	40.059	30.979		54.139	48.105
Aplicações financeiras vinculadas (Nota 5)	202.275	234.281	Não circulante		
Impostos a recuperar (Nota 7)	13.711	16.075	Provisões (Nota 12)	91.607	93.285
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 8)	127.882	119.235	Debêntures (Nota 13)	1.303.131	1.298.401
Despesas antecipadas	170	263	Mútuos a pagar a partes relacionadas (Nota 11.b)	96.555	89.220
Depósitos judiciais (Nota 12.a)	24.596	23.170	Outros passivos	1.900	2.013
Outros ativos	4.458	4.200		1.493.193	1.482.919
Imobilizado (Nota 9)	10.468	11.059			
Intangível (Nota 10)	1.165.048	1.153.969	Total do passivo	1.547.332	1.531.024
	1.548.608	1.562.252			
			Patrimônio líquido (Nota 14)		
			Capital social	303.578	303.578
			Prejuízos acumulados	(262.243)	(241.371)
			Total do patrimônio líquido (Nota 19)	41.335	62.207
Total do ativo	1.588.667	1.593.231	Total do passivo e patrimônio líquido	1.588.667	1.593.231

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Demonstração do resultado

Semestres findos em 30 de junho

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>30/06/2017</u>	<u>30/06/2016</u>
Receita operacional líquida (Nota 15)	125.017	109.948
Custos dos serviços prestados (Nota 16)	<u>(76.796)</u>	<u>(44.658)</u>
Lucro bruto	48.221	65.290
Despesas e receitas operacionais:		
Gerais e administrativas (Nota 16)	(8.332)	(4.807)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	<u>127</u>	<u>9.011</u>
	<u>(8.205)</u>	<u>4.204</u>
Lucro operacional	40.016	69.494
Despesas financeiras (Nota 17)	(85.732)	(122.383)
Receitas financeiras (Nota 17)	<u>16.197</u>	<u>20.761</u>
Despesas financeiras, líquidas	(69.535)	(101.622)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(29.519)	(32.128)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 8)	<u>8.647</u>	<u>10.865</u>
Prejuízo do semestre	(20.872)	(21.263)
Prejuízo básico e diluído por ação – em R\$ (Nota 19)	(0,00069)	(0,00070)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Semestres findos em 30 de junho
Em milhares de reais

	<u>30/06/2017</u>	<u>30/06/2016</u>
Prejuízo do semestre	(20.872)	(21.263)
Total dos resultados abrangentes do semestre	<u>(20.872)</u>	<u>(21.263)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Demonstração das mutações no patrimônio líquido
Em milhares de reais

	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total do patrimônio líquido</u>
Em 1º de janeiro de 2016	303.578	(210.467)	93.111
Prejuízo do semestre		(21.263)	(21.263)
Em 30 de junho de 2016	<u>303.578</u>	<u>(231.730)</u>	<u>71.848</u>
Em 1º de janeiro de 2017	303.578	(241.371)	62.207
Prejuízo do semestre		(20.872)	(20.872)
Em 30 de junho de 2017	<u>303.578</u>	<u>(262.243)</u>	<u>41.335</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
Semestres findos em 30 de junho
Em milhares de reais

	<u>30/06/2017</u>	<u>30/06/2016</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do semestre	(20.872)	(21.263)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(8.647)	(10.865)
Depreciação e amortização	17.123	6.906
Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção em rodovias	946	202
Variação monetária, líquida, sobre provisão para investimentos	57	
Juros e variações monetárias sobre notas promissórias e empréstimos	67.687	114.214
Rendimento de aplicações financeiras	(14.164)	(14.352)
Perda na baixa de bens do ativo intangível e imobilizado		108
Juros sobre mútuos com partes relacionadas	7.335	6.941
Provisão para contingências	451	(117)
Provisão para manutenção em rodovias	4.035	(1.946)
Variação no capital circulante		
Contas a receber	1.820	1.735
Despesas antecipadas	(136)	1.069
Tributos a recuperar	2.592	(6.794)
Depósitos judiciais	(1.426)	(4.976)
Outros ativos	(680)	(8.268)
Fornecedores e prestadores de serviços	(9.764)	(13.378)
Credor pela concessão - ônus variável	(418)	(29)
Obrigações tributárias	65	(640)
Obrigações trabalhistas	503	(522)
Outros passivos	(312)	(138)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>46.195</u>	<u>47.887</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aplicações financeiras	(18.000)	
Resgate de aplicações financeiras	64.770	7.417
Investimentos no ativo imobilizado	(201)	(776)
Investimentos no ativo intangível	(27.410)	(23.761)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	<u>19.159</u>	<u>(17.120)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de juros sobre financiamentos	(118)	
Pagamento de juros e encargos sobre debêntures	(54.159)	(51.482)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	<u>(54.277)</u>	<u>(51.482)</u>
Aumento (diminuição) de caixa e equivalente de caixa	<u>11.077</u>	<u>(20.715)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	<u>1.680</u>	<u>39.512</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	<u><u>12.757</u></u>	<u><u>18.797</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Demonstração do valor adicionado
Semestres findos em 30 de junho
Em milhares de reais

	<u>30/06/2017</u>	<u>30/06/2016</u>
Receitas (Nota 15)		
Receitas de pedágio	108.594	95.333
Receita dos serviços de construção	22.506	20.605
Receitas acessórias	4.245	3.645
	<u>135.345</u>	<u>119.583</u>
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos serviços de construção	(22.403)	(20.605)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(31.682)	(2.222)
Variação monetária e reversão do ajuste a valor presente	(1.015)	(202)
Custo da concessão – ônus variável	(1.746)	(1.618)
	<u>78.499</u>	<u>94.936</u>
Depreciação e amortização	(17.123)	(6.906)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	61.376	88.030
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	16.197	20.761
Valor adicionado total a distribuir	<u>77.573</u>	<u>108.791</u>
Pessoal (Nota 18)		
Salários e remunerações	(9.517)	(6.257)
Benefícios	(2.395)	(1.894)
Impostos, taxas e contribuições		
Federais (incluindo IOF)	4.025	5.901
Municipais	(5.797)	(4.949)
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros sobre mútuos com partes relacionadas	(7.335)	(6.941)
Juros e variações monetárias sobre financiamentos e debêntures	(75.765)	(114.964)
Juros sobre demais operações financeiras	(752)	-
Aluguéis	(909)	(950)
Prejuízo do semestre	20.872	21.263
Total do valor distribuído	<u>(77.573)</u>	<u>(108.791)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias em 30 de junho de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional

A Concessionária Rodovias do Tietê S.A. (“CRT”, “Concessionária” ou “Companhia”), sociedade anônima de capital aberto, com sede na Rodovia do Açúcar (SP 308), KM 108 + 600 metros, cidade de Salto, SP, Brasil, iniciou suas operações em 23 de abril de 2009, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP (“ARTESP” ou “Poder Concedente”). A Companhia tem suas ações negociadas na B3 Brasil, Bolsa, Balcão.

A Companhia tem como objetivo realizar, sob o regime de concessão (por prazo certo) até 23 de abril de 2039, a exploração do Corredor Marechal Rondon Leste, sendo responsável pela administração de 415 km compreendendo: (i) a execução, gestão e fiscalização dos serviços operacionais, de conservação e de ampliação; (ii) o apoio aos serviços de competência do Poder Público; e (iii) o controle de serviços não essenciais prestados por terceiros, nos termos do Contrato de Concessão.

Os principais compromissos assumidos no Contrato de Concessão Rodoviária, os quais se encontram em fase de projeto ou de execução, são:

- Duplicações: duplicação de trechos das rodovias sob responsabilidade da Companhia, SP-101, SP-300 e SP-308, totalizando 88,4 km; e
- Dispositivos de entroncamento: melhorias dos dispositivos existentes e implantação de novos dispositivos, em toda a malha rodoviária sob responsabilidades da Companhia, compreendendo as vias SP-101, SP-113, SP-209, SP-300 e SP-308, totalizando 120 km.

Em 30 de junho de 2017, o valor presente dos investimentos programados para liquidar os compromissos assumidos pela Companhia, até o final do contrato de concessão, era de R\$ 2.161 milhões (R\$ 3.146 milhões a valor nominal naquela data) e em 31 de dezembro de 2016 era de R\$ 2.196 milhões (R\$ 3.180 milhões a valor nominal naquela data), concentrado na implantação de dispositivos de entroncamento, obras de duplicação, pavimentação, conservação e sinalização, contornos, sistemas de telecomunicações, supervisão e controle.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente, de forma gratuita e automática, todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário transferido à Companhia, ou por ela implantado no âmbito da concessão. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição ou execução tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias em 30 de junho de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional--Continuação

Conforme estabelecido no Contrato de Concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas anualmente no mês de julho com base na variação do IPC-A ocorrida até 31 de maio do mesmo ano.

Aprovação das demonstrações financeiras intermediárias

A apresentação das demonstrações financeiras intermediárias foi aprovada e autorizada pela Diretoria da Companhia em 31 de agosto de 2017.

2. Base de preparação e resumo e resumo das principais práticas contábeis

As demonstrações financeiras intermediárias da Companhia, inclusive notas explicativas, estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras intermediárias da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras intermediárias, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras intermediárias da Companhia somente diferem das práticas do IFRS, pois a legislação societária brasileira requer que as companhias abertas apresentem a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) em suas demonstrações financeiras intermediárias, enquanto que para fins de IFRS tal demonstração é apresentada como informação suplementar.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC, CVM, IASB e demais órgãos reguladores que estavam em vigor em 30 de junho de 2017.

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de ativos financeiros disponíveis para venda, outros ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras intermediárias requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras intermediárias, estão divulgadas na Nota 3.

A Companhia avaliou que os pronunciamentos e interpretações de CPC e/ou IFRS que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2017 não causaram impactos significativos nas demonstrações financeiras intermediárias apresentadas.

As demonstrações financeiras intermediárias são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias em 30 de junho de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2. Base de preparação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.1. Instrumentos financeiros

i) Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados como: (i) ativos financeiros a valor justo por meio do resultado; (ii) empréstimos e recebíveis; (iii) investimentos mantidos até o vencimento; ou (iv) ativos financeiros disponíveis para venda. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Os principais ativos financeiros da Companhia incluem: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber. Esses ativos financeiros são classificados como empréstimos e recebíveis e são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável, quando aplicável.

ii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, outros passivos financeiros, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Os principais passivos financeiros da Companhia incluem: fornecedores e prestadores de serviços, credor pela concessão, mútuos a pagar, e debêntures. Esses passivos classificados como outros passivos financeiros e são inicialmente mensurados ao valor justo, líquido dos custos da transação, e subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado usando-se o método da taxa efetiva de juros, sendo as despesas com juros reconhecidas com base no rendimento.

2.2. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Para determinados ativos e passivos que fazem parte das operações da Companhia, a Administração avalia e reconhece os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associados. Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, os itens sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como seguem:

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias em 30 de junho de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2. Base de preparação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.2. Ajuste a valor presente de ativos e passivos--Continuação

- Provisão para investimentos em rodovias: decorrentes dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão, cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia e, portanto, reconhecidos como contrapartida do ativo intangível; e
- Provisão para manutenção em rodovias: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização.

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, os saldos nominais e os respectivos saldos a valor presente estão demonstrados abaixo:

	<u>30/06/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Passivo não circulante		
Provisão para manutenção a valor nominal	103.570	99.536
Provisão para manutenção a valor presente (i)	(90.077)	(85.097)
Ajuste a valor presente	<u>13.493</u>	<u>14.439</u>

- (i) A mensuração do valor presente é calculada com base no método do fluxo de caixa descontado a cada data do balanço, considerando as datas em que se estima que haja a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, com base em taxa de desconto de 8% a.a. em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, que refletem a melhor avaliação do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do passivo em suas datas originais.

A recomposição dos saldos aos seus valores reais pela passagem do tempo é reconhecida como despesa financeira na demonstração do resultado.

2.3. Perda por redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis, a fim de determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda de seu valor recuperável. Por se tratar de uma única concessão, a Companhia não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas calcula o montante recuperável dos ativos da concessão como um todo com base em seu valor em uso. Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro 2016 não foram apuradas perdas por redução ao valor recuperável.

2.4. Segmento de negócios

A Companhia concluiu que tem somente um segmento passível de divulgação, que consiste na exploração de concessão pública de rodovia.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias em 30 de junho de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2. Base de preparação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.5. Pronunciamentos do IFRS ainda não estão em vigor em 30 de junho de 2017

Listamos, a seguir, os pronunciamentos e interpretações que foram emitidos pelo IASB, mas que não estavam em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras intermediárias da Companhia. A Companhia pretende adotar tais normas quando estas entrarem em vigor.

Norma	Principais pontos introduzidos pela norma	Impactos da adoção
CPC 38 (IFRS 9) - Instrumentos Financeiros	<p>A IFRS 9 tem o objetivo, em última instância, de substituir a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne todos os três aspectos da contabilização de instrumentos financeiros do projeto: classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de <i>hedge</i>. A IFRS 9 está em vigência para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data.</p> <p>Exceto para contabilidade de <i>hedge</i>, é exigida aplicação retrospectiva, não sendo obrigatória, no entanto, a apresentação de informações comparativas.</p>	<p>A Companhia está avaliando as alterações introduzidas pela norma e não espera impactos significativos. A Companhia atualmente não utiliza contabilidade de <i>hedge</i>.</p>
CPC 47 (IFRS 15) - Receita de Contratos com Clientes	<p>A IFRS 15 estabelece um novo modelo constante de cinco passos que será aplicado às receitas originadas de contratos com clientes. Segundo a IFRS 15, as receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente.</p> <p>A nova norma para receitas substituirá todas as atuais exigências para reconhecimento de receitas segundo as IFRS. Adoção retrospectiva integral ou adoção retrospectiva modificada é exigida para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018.</p>	<p>A Companhia, apesar de não ter concluído as análises referente a esta interpretação, não espera ter efeitos materiais sobre as demonstrações financeiras intermediárias. Nossa avaliação preliminar referente aos impactos sobre a mensuração e época para o reconhecimento de receita de contratos com nossos clientes não indica mudanças significativas, visto que as obrigações de performance são claras e a transferência do controle dos bens e serviços não são complexas.</p>

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias em 30 de junho de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2. Base de preparação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.5. Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 30 de junho de 2017 - Continuação

Norma	Principais pontos introduzidos pela norma	Impactos da adoção
IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil	<p>A IFRS 16, emitida em janeiro de 2016, estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidenciação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros segundo a IAS 17.</p> <p>Na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhecerá um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento (isto é, um passivo de arrendamento) e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso).</p> <p>A IFRS 16 também exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas na IAS 17.</p> <p>A IFRS 16 entra em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019.</p>	<p>A Companhia está avaliando as alterações introduzidas pela norma e não espera impactos significativos. A Companhia atualmente não utiliza contabilidade de arrendamento mercantil.</p>

Não há outras normas, alterações de normas e interpretações que não estão em vigor que a Companhia espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras intermediárias.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias em 30 de junho de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras intermediárias requer o uso de certas estimativas contábeis e, mais do que isso, necessita que haja um exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas estão apresentadas a seguir:

a) Perda por redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis, a fim de determinar se sofreram alguma perda de seu valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado para mensurar a perda. As análises são feitas individualmente para cada concessionária e são calculados os montantes recuperáveis dos ativos com base em seu valor em uso.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente por uma taxa que reflita, a avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Caso o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016 não foram apuradas perdas por redução ao valor recuperável.

b) Impostos

Dado a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

c) Provisão para demandas judiciais

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias em 30 de junho de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

d) Contabilização do Contrato de Concessão

Na contabilização do Contrato de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de Contrato de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados no Contrato de Concessão.

e) Momento de reconhecimento do ativo intangível

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do Contrato de Concessão segregando, principalmente, os investimentos em dois grupos: (a) investimentos que geram potencial de receita adicional; e (b) investimentos que não geram potencial de receita adicional:

(a) *Investimentos que geram potencial de receita adicional* - são reconhecidos somente quando da prestação de serviço de construção relacionado à ampliação/melhoria da infraestrutura.

(b) *Investimentos que não geram potencial de receita adicional* - são estimados considerando a totalidade do Contrato de Concessão e reconhecidos a valor presente na data de transição.

f) Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do Contrato de Concessão

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrentes do Contrato de Concessão limitado ao prazo da respectiva concessão. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico gerado que, normalmente, se dá devido à curva de demanda, sendo a taxa de amortização, determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e a geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do Contrato de Concessão.

g) Determinação das receitas de construção

Quando a Companhia contrata serviços de construção, deve reconhecer a receita de construção realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela contratação desses serviços, nesses casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e acompanhamento das obras.

h) Provisão para manutenção em rodovias

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação a valor presente na data do balanço, em contrapartida à despesa do período para manutenção ou recomposição da infraestrutura em um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente é progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias em 30 de junho de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>30/06/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Disponibilidades	10.212	260
Aplicação compromissada de debêntures (i)	2.545	
Certificados de Depósitos Bancários - CDB (ii)		1.420
	<u>12.757</u>	<u>1.680</u>

- (i) Referem-se a aplicação de renda fixa em que o banco vende um título (debênture), com compromisso de recomprá-lo a qualquer momento conforme remuneração (CDI) definida na contratação da operação, independente de qualquer volatilidade no preço ou evento no título (debênture). A liquidez é diária e sem prazo de carência.
- (ii) Referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDB), com possibilidade de resgate imediato sem mudança significativa de valor, remunerados com base em percentuais diários da variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI) divulgada pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.

5. Aplicações financeiras vinculadas

Compreendem aplicações com pagamentos fixos ou determináveis e datas de vencimento fixas e, as que a Companhia tenha a intenção e habilidade de manter até o vencimento, são classificadas nessa categoria.

	<u>30/06/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Circulante		600
Não circulante	202.275	234.281
	<u>202.275</u>	<u>234.881</u>

A Companhia mantém essas aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) vinculadas, para cumprir obrigações contratuais referentes às debêntures (Nota 13). Essas aplicações são remuneradas a 103% do CDI.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias em 30 de junho de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6. Contas a receber

As contas a receber referem-se aos serviços de pedágio eletrônico, cupons de pedágio e cartões de pedágio. São registradas com base nos valores nominais e não são ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultar em efeito relevante nas demonstrações financeiras intermediárias. Quando julgado necessário pela Administração, é registrada provisão para cobrir prováveis perdas na sua realização

	<u>30/06/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Pedágio eletrônico a receber	10.446	9.947
Cartões de pedágio a receber	601	686
Receitas acessórias	3.228	5.429
Valores em trânsito	621	653
	<u>14.895</u>	<u>16.715</u>

A Administração da Companhia não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com esses recebíveis em 30 de junho de 2017. Os valores a receber vencem em até 45 dias.

7. Impostos a recuperar

	<u>30/06/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
IRRF sobre aplicações financeiras	22.917	25.286
ISSQN a recuperar		8
Outros impostos a recuperar		214
	<u>22.917</u>	<u>25.508</u>
Circulante	9.205	9.433
Não circulante	13.711	16.075
	<u>22.916</u>	<u>25.508</u>

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias em 30 de junho de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8. Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante do imposto são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Impostos diferidos são gerados por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável futuro seja suficiente para deduzir todas as diferenças temporárias e prejuízos fiscais.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto esperada na realização dos respectivos impostos diferidos ativos ou na liquidação dos impostos diferidos passivos. A despesa com impostos diferidos é reconhecida no resultado do semestre, exceto quando se referir a bases cujos efeitos são contabilizados diretamente no patrimônio líquido; nesse caso, a despesa é reconhecida diretamente no patrimônio líquido.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

a) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

	<u>30/06/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Ativo:		
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social	123.556	118.224
Diferenças temporárias:		
Provisão para demandas judiciais	398	333
Outras provisões	819	
Tributos diferidos sobre mudanças de práticas contábeis (i):		
Provisão para manutenção de rodovias	30.626	28.933
Provisão para investimentos em rodovias	4.494	4.507
AVP Outorga	1.713	1.735
	<u>161.606</u>	<u>153.732</u>
Passivo:		
Tributos diferidos sobre mudanças de práticas contábeis:		
Amortização – curva de tráfego	<u>(33.724)</u>	<u>(34.497)</u>
Líquido	<u>127.882</u>	<u>119.235</u>

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias em 30 de junho de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) Refere-se aos tributos diferidos, acumulados até 2014, sobre a diferença apurada entre a amortização do intangível, calculada pela curva de tráfego, e a depreciação desses ativos, calculada pelas taxas permitidas pela legislação fiscal.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e ajustada pelo montante que se espera que seja recuperado.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras devido à natureza de longo prazo limitada ao período da Concessão.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“impostos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras intermediárias e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Em 30 de junho de 2017, o montante de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social a compensar é de R\$ 363.400 (R\$ 347.717 em 31 de dezembro de 2016). O prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social não possuem prazo prescricional e a sua compensação está limitada a 30% do lucro tributável anual. Baseada em estudo técnico, a Companhia estima recuperar a totalidade dos créditos fiscais diferidos registrados em 30 de junho de 2017 nos seguintes exercícios sociais:

	<u>30/06/2017</u>
2027	1.898
2028	4.630
2029	12.755
2030	24.017
2031	32.644
2032	42.645
2033	9.293
	<u>127.882</u>

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias em 30 de junho de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

b) Imposto de renda e contribuição social no resultado

	<u>30/06/2017</u>	<u>30/06/2016</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(29.519)	(32.128)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (34%)	10.036	10.924
Ajuste para demonstração da taxa efetiva:		
Diferenças permanentes	(1.390)	(59)
Imposto de renda e contribuição social diferido do semestre	8.647	10.865
Alíquota efetiva	<u>29%</u>	<u>34%</u>

9. Imobilizado

O ativo imobilizado é registrado ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável. As depreciações são calculadas pelo método linear, de acordo com as taxas demonstradas a seguir, limitadas, quando aplicável, ao prazo da concessão.

a) Composição

	Taxa anual de depreciação %	<u>30/06/2017</u> <u>31/12/2016</u>			
		<u>Custo</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Líquido</u>	<u>Líquido</u>
Móveis e utensílios	10	1.301	(467)	834	799
Equipamentos de informática	20	4.431	(3.600)	831	1.027
Equipamentos de telefonia	20	238	(199)	39	8
Terrenos		377		377	377
Edifícios	3,8	6.380	(1.148)	5.232	5.360
Automóveis/caminhões	5	2.350	(1.398)	952	1.171
Outros	10 a 20	3.513	(1.310)	2.203	2.317
		<u>18.590</u>	<u>(8.122)</u>	<u>10.468</u>	<u>11.059</u>

O ativo imobilizado registrado não está vinculado ao contrato de concessão.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias em 30 de junho de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9. Imobilizado--Continuação

b) Movimentação

	31/12/2016	Adições	30/06/2017
Custo			
Móveis e utensílios	1.205	96	1.301
Equipamentos de informática	4.401	30	4.431
Equipamentos de telefonia	206	32	238
Terrenos	377		377
Edifícios	6.380		6.380
Automóveis/caminhões	2.350		2.350
Outros	3.469	44	3.513
	18.388	201	18.589
Depreciação			
Móveis e utensílios	(406)	(61)	(467)
Equipamentos de informática	(3.374)	(226)	(3.600)
Equipamentos de telefonia	(198)	(1)	(199)
Edifícios	(1.020)	(128)	(1.148)
Automóveis/caminhões	(1.179)	(219)	(1.398)
Outros	(1.152)	(158)	(1.310)
	(7.329)	(792)	(8.121)
Líquido	11.059	(591)	10.468

	31/12/2015	Adições	Baixas	30/06/2016
Custo				
Móveis e utensílios	871	35		906
Equipamentos de informática	4.207	47		4.254
Equipamentos de telefonia	197	5		202
Terrenos	84	293		377
Edifícios	6.380			6.380
Automóveis/caminhões	2.221	100	(185)	2.136
Outros	2.985	296		3.281
	16.945	776	(185)	17.536
Depreciação				
Móveis e utensílios	(304)	(44)		(348)
Equipamentos de informática	(2.834)	(273)		(3.107)
Equipamentos de telefonia	(169)	(19)		(188)
Edifícios	(765)	(128)		(893)
Automóveis/caminhões	(658)	(202)	77	(783)
Outros	(950)	(200)		(1.150)
	(5.680)	(866)	77	(6.469)
Líquido	11.265	(90)	(108)	11.067

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias em 30 de junho de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10. Intangível

Como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias relacionadas ao contrato de concessão de serviços, a Companhia recebeu o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, mensurado pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, o qual inclui os encargos de empréstimos capitalizados, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros no ativo.

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

a) Composição

				30/06/2017	31/12/2016
		Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Direito de outorga da concessão	(i)	542.244	(74.188)	468.056	473.348
Direito de exploração da infraestrutura					
Gastos iniciais da concessão	(ii)	162.647	(17.717)	144.930	142.318
Serviços de construção - obras concluídas	(iii)	552.351	(29.631)	522.720	511.298
Serviços de construção - em andamento	(iii)	19.282	-	19.282	16.437
Outros	(iv)	7.839	(1.072)	6.767	6.955
Direito de uso de software		6.868	(3.574)	3.294	3.613
		1.291.231	(126.182)	1.165.048	1.153.969

- (i) Referem-se ao valor pago para a exploração do sistema rodoviário, calculado a valor presente.
- (ii) Referem-se aos investimentos programados em reparos e restauração da infraestrutura recebida do Poder Concedente, calculados a valor presente e acrescidos da capitalização de juros sobre os financiamentos incorridos. Originalmente, a Companhia reconheceu esse ativo intangível em contrapartida da rubrica "Provisão para investimentos em rodovias".
- (iii) Referem-se aos serviços de construção relacionados diretamente com a ampliação e melhoria da infraestrutura. A Companhia reconhece o direito de explorar e as obrigações de construir na medida em que os serviços de construção são prestados. A principal obra concluída em 2016 foi o Contorno de Piracicaba.
- (iv) Referem-se aos investimentos programados, até o final da concessão, que não geram receitas adicionais. Originalmente, a Companhia reconheceu esses investimentos, a valor presente, acrescidos da capitalização de juros sobre os financiamentos incorridos, em contrapartida da rubrica "Provisão para investimentos em rodovias".

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10. Intangível--Continuação

b) Movimentação

	Taxa anual de amortização	31/12/2016	Adições	Transferência	30/06/2017
Custo					
Direito de outorga da concessão		542.244			542.244
Direito de exploração da infraestrutura					
Gastos iniciais da concessão		158.429	2.263	1.955	162.647
Serviços de construção - obras concluídas		532.287	18.818	1.246	552.351
Serviços de construção - em andamento		16.437	6.046	(3.201)	19.282
Outros		7.839			7.839
Direito de uso de software		6.585	283		6.868
		1.263.821	27.410		1.291.231
Amortização					
Direito de outorga da concessão	(*)	(68.896)	(5.292)		(74.188)
Direito de exploração da infraestrutura					
Gastos iniciais da concessão	(*)	(16.111)	(1.606)		(17.717)
Serviços de construção - obras concluídas	(*)	(20.989)	(8.642)		(29.631)
Outros	(*)	(884)	(188)		(1.072)
Direito de uso de software	20%	(2.972)	(602)		(3.574)
		(109.852)	(16.330)		(126.182)
Líquido		1.153.969	11.080		1.165.049

(*) Amortização efetuada pela curva de benefício econômico (curva de tráfego) esperado ao longo do prazo da concessão, a qual foi considerada a taxa média ponderada de 2,25% em 2017 (1,92% em 2016).

	Taxa anual de amortização	31/12/2015	Adições	Transferência	30/06/2016
Custo					
Direito de outorga da concessão		542.244			542.244
Direito de exploração da infraestrutura					
Gastos iniciais da concessão		147.170	2.804		149.974
Serviços de construção - obras concluídas		399.827	10.267	94.159	504.253
Serviços de construção - em andamento		105.598	10.338	(95.159)	21.777
Outros		7.434			7.434
Direito de uso de software		5.709	352		6.061
		1.207.982	23.761		1.231.743
Amortização					
Direito de outorga da concessão	(*)	(63.666)	(2.622)		(66.288)
Direito de exploração da infraestrutura					
Gastos iniciais da concessão	(*)	(14.630)	(731)		(15.361)
Serviços de construção - obras concluídas	(*)	(16.178)	(2.122)		(18.300)
Outros	(*)	(811)	(34)		(845)
Direito de uso de software	20%	(1.852)	(531)		(2.383)
		(97.137)	(6.040)		(103.177)
Líquido		1.110.845	17.721		1.128.566

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias em 30 de junho de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10. Intangível--Continuação

b) Movimentação--Continuação

A amortização dos ativos intangíveis é calculada de acordo com a curva de benefício econômico (curva de tráfego) esperado ao longo do prazo da concessão, exceto pelo direito de uso de software, calculado pela vida útil.

c) Custos de empréstimos e financiamentos capitalizados

No semestre findo em 30 de junho de 2017, a Companhia capitalizou custos de empréstimos diretamente relacionados com a construção de obras em infraestrutura no montante de R\$ 9 (R\$ 326 no semestre findo em 30 de junho de 2016). A taxa média utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimo elegíveis de capitalização, em 30 de junho de 2017, foi de 0,03%, que representa a taxa efetiva de juros das debêntures no semestre, líquida da receita financeira auferida pelo investimento temporário desses recursos.

11. Partes relacionadas

a) Remuneração da Administração

Nos exercícios findos em 30 de junho de 2017 e 2016, o total de remuneração dos administradores foi como segue:

	<u>30/06/2017</u>	<u>30/06/2016</u>
Remuneração fixa (1)	905	659
Remuneração variável (2)	150	
	<u>1.055</u>	<u>659</u>

(1) Incluem salários e honorários da Administração, férias e 13º salário.

(2) Referem-se à participação nos resultados, mencionada na nota 18.

Além da remuneração fixa e variável, aos administradores são concedidos os mesmos benefícios adicionais dos empregados, mencionados na nota 18.

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 28 de abril de 2017, foi fixada a remuneração anual dos membros do Conselho de Administração e diretoria da Companhia de até o valor de R\$ 1.650. A remuneração anual inclui salários, benefícios, remuneração variável e contribuição para seguridade social.

b) Mútuos a pagar

	<u>Taxa de juros</u>	<u>Vencimento</u>	<u>30/06/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
AB Concessões S.A.	0,5% a.m.+ CDI	Indeterminado	87.517	80.876
Lineas International Holding B.V.	0,5% a.m.+ CDI	Indeterminado	9.037	8.344
			<u>96.555</u>	<u>89.220</u>

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias em 30 de junho de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11. Partes relacionadas--Continuação

b) Mútuos a pagar--Continuação

Os contratos possuem vencimento indeterminado, podendo ser prorrogados ou convertidos em capital social, desde que previamente aprovados pelos acionistas e pelos credores. São remunerados com base em 100% da taxa média diária dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDIs), divulgada pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (CETIP), acrescida de 0,5% ao mês. De acordo com os contratos de mútuo, o pagamento desses mútuos só poderá ser efetuado após a quitação dos financiamentos bancários e das debêntures.

12. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

	<u>30/06/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Provisão para demandas judiciais	5.629	5.178
Provisão para investimentos em rodovias	4.855	4.797
Provisão para manutenção em rodovias	90.077	85.097
	<u>100.561</u>	<u>95.072</u>
Circulante	8.954	1.787
Não circulante	<u>91.607</u>	<u>93.285</u>

a) Provisão para demandas judiciais

As contingências trabalhistas em 30 de junho de 2017 no montante de R\$ 99 (R\$ 267 em 31 de dezembro de 2016) referem-se a reclamações trabalhistas em que é requerido o pagamento de verbas trabalhistas supostamente devidas e não pagas, tais como verbas rescisórias, horas extras, adicionais, danos morais, equiparação salarial e diferenças salariais.

As contingências cíveis em 30 de junho de 2017 no montante de R\$ 5.530 (R\$ 4.911 em 31 de dezembro de 2016) referem-se, substancialmente, a ações de natureza indenizatória em razão de acidentes de trânsito ocorridos nas rodovias que a Companhia opera.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12. Provisões--Continuação

a) Provisão para demandas judiciais--Continuação

Adicionalmente, em 30 de junho de 2017, a Companhia possui o equivalente a R\$ 66.123 (R\$ 11.134 em 31 de dezembro de 2016) de causas trabalhistas, R\$ 42.860 (R\$ 31.414 em 31 de dezembro de 2016) de causas cíveis, e R\$ 71.103 (R\$ 67.555 em 31 de dezembro de 2016) de processos administrativos com a ARTESP, cuja avaliação dos assessores legais da Companhia aponta para uma probabilidade possível de perda, razão pela qual a Administração não registrou esse montante nas demonstrações financeiras intermediárias.

Em 30 de junho de 2017, os depósitos judiciais da Companhia no montante de R\$ 24.596 (R\$ 23.170 em 31 de dezembro de 2016) incluem R\$16.464 em depósitos relacionados a discussões trabalhistas na vara de Nanuque - Minas Gerais (R\$ 16.239 em 31 de dezembro de 2016). Os valores foram retidos judicialmente com base no entendimento que a Companhia foi considerada sociedade do grupo econômico da companhia ré no processo perante tal vara do trabalho, com o qual a Companhia não possui qualquer vínculo ou obrigação. A Concessionária refuta por completo tal entendimento e está tomando as medidas cabíveis para a liberação dos valores, e não espera perdas associadas a esse bloqueio.

Do valor restante, R\$ 496 estão relacionados a discussões cíveis (R\$ 427 em 31 de dezembro de 2016), R\$ 445 relacionados a outros processos trabalhistas (R\$ 301 em 31 de dezembro de 2016), R\$ 2.674 relacionados a discussões tributárias (R\$ 1.922 em 31 de dezembro de 2016) e R\$ 4.517 relacionados a processos com a ARTESP (R\$ 4.280 em 31 de dezembro de 2016).

b) Provisão para investimentos em rodovias

Refere-se aos investimentos programados em reparos e restauração da infraestrutura recebida do Poder Concedente e outros investimentos que não geram receitas adicionais. O passivo, a valor presente, foi constituído pela melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida do ativo intangível.

A movimentação da provisão para investimentos em rodovias foi como segue:

	<u>31/12/2016</u>	<u>Atualização monetária (passiva)</u>	<u>Atualização monetária (ativa)</u>	<u>30/06/2017</u>
Provisão para investimentos	4.797	68	(11)	4.855
	4.797	68	(11)	4.855

	<u>31/12/2015</u>	<u>Atualização monetária (passiva)</u>	<u>30/06/2016</u>
Provisão para investimentos	4.510	202	4.712
	4.510	202	4.712

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias em 30 de junho de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12. Provisões--Continuação

b) Provisão para investimentos em rodovias --Continuação

O cronograma dos investimentos previstos, por ano de execução, é demonstrado como segue:

<u>Ano de execução</u>	<u>30/06/2017</u>
2017	1.844
2018	3.010
	<u>4.855</u>

c) Provisão para manutenção em rodovias

	<u>31/12/2016</u>	<u>Adição</u>	<u>Transferência (i)</u>	<u>30/06/2017</u>
Provisão para manutenção	99.536	4.034		103.570
Ajuste a valor presente (AVP)	(14.439)	946		(13.493)
	<u>85.097</u>	<u>4.980</u>		<u>90.077</u>
Circulante			7.110	7.110
Não circulante	<u>85.097</u>	<u>4.980</u>	<u>(7.110)</u>	<u>84.497</u>

A mensuração do ajuste a valor presente da provisão para manutenção foi calculada com base no método do fluxo de caixa descontado a cada data do balanço, considerando as datas em que se estima que haja a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, com base em taxa de desconto que reflete a melhor avaliação do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do passivo em suas datas originais. Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016 foi utilizada a taxa de 8% para o ajuste a valor presente e o IPCA para atualizar o valor nominal da provisão para manutenção.

(i) O valor de estimativa de realização das intervenções em pavimentos e sinalização previstas para início no primeiro semestre de 2018 foram transferidos para curto prazo.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias em 30 de junho de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12. Provisões--Continuação

c) Provisão para manutenção em rodovias--Continuação

Os gastos programados em manutenções incluem recapeamentos de rodovias (a cada cinco anos) e sinalização de rodovias (a cada oito anos), cujo cronograma previsto para execução das obras é demonstrado como segue:

<u>Ano de execução</u>	<u>30/06/2017</u>
2018	41.145
2019	17.873
2020	18.687
2021	11.143
2022	1.229
	<u>90.077</u>

13. Debêntures

a) Descrição da operação

<u>Debêntures não conversíveis</u>	<u>Principal R\$</u>	<u>Data de emissão</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>Títulos em circulação</u>	<u>Prêmio</u>	<u>Encargos financeiros</u>
1ª emissão	1.065.000	15/06/2013	15/06/2028	1.065.000	6.202	IPCA + 8% a.a.

A posição das debêntures está resumida a seguir:

	<u>30/06/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Principal corrigido pelo IPCA	1.389.803	1.370.422
Remuneração (juros)	4.678	5.032
Custo com emissão	(68.594)	(62.977)
	<u>1.325.887</u>	<u>1.312.477</u>
Circulante	<u>(22.756)</u>	<u>(14.076)</u>
Não circulante	<u>1.303.131</u>	<u>1.298.401</u>

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias em 30 de junho de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13. Debêntures--Continuação

a) Descrição da operação--Continuação

As debêntures foram emitidas pela Companhia sob o regime de garantia firme de colocação, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, nominativas e escriturais. Estão previstas amortizações semestrais do valor nominal a partir de 15 de dezembro de 2017. O cronograma para amortização das debêntures é demonstrado como segue:

<u>Ano</u>	<u>Amortização</u>	<u>Valor</u>
2017	1%	9.173
2018	4%	48.782
2019	5%	75.049
2020	6%	89.086
2021	7%	97.981
2022	8%	117.577
2023	11%	146.485
2024	11%	158.994
2025	13%	177.617
2026	14%	188.318
2027	14%	190.542
2028	6%	90.198
	100%	1.389.803

b) Cláusulas restritivas e garantias

As debêntures estão garantidas pela alienação fiduciária das ações da Companhia, pelas aplicações financeiras vinculadas e cessão fiduciária dos direitos creditórios oriundos da concessão.

As debêntures contêm cláusulas restritivas semestrais, as quais são acompanhadas pela administração e não apresentam desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas pela Companhia. Em 30 de junho de 2017 os indicadores propostos na assembleia geral de debenturistas (AGD) em 12 de junho de 2017 foram cumpridos pela Companhia.

Assembleia Geral de Debenturistas (AGD)

Em 12 de Junho de 2017 foi realizada a assembleia geral de debenturistas (AGD) onde os debenturistas autorizaram a Companhia cumprir os Índices Financeiros abaixo:

- (i) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, para o período de doze meses findo em 30 de junho de 2017 para que seja igual ou superior a 0,60; e
- (ii) que a relação entre Dívida Financeira e Capital Total, em 30 de junho de 2017 seja de até 93/7.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias em 30 de junho de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Assim, a Companhia ficou dispensada de cumprir os Índices Financeiros estabelecidos na Cláusula 4.16.3, item “m”, subitens “i” e “ii” da Escritura de Emissão. Além disso, foi autorizada a utilização de parte dos recursos depositados na “Conta Reserva do Serviço da Dívida” para o pagamento da Remuneração em 14/06/2017, além da recomposição do Saldo Obrigatório da Conta Reserva de Serviço da Dívida até 29 de Setembro de 2017 e apresentação de um plano de reestruturação financeira da Companhia até 31 de Julho de 2017.

14. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 30 de junho de 2017 e em 31 de dezembro de 2016, o capital social está representado por 30.357.847.596 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, distribuídas como segue:

Acionistas	Participação acionária	Quantidade de ações
AB Concessões S.A.	50,00%	15.178.923.798
Lineas International Holding B.V.	50,00%	15.178.923.798
		<u>30.357.847.596</u>

Em 19 de junho de 2017, foi realizada a alteração do nome de um dos acionistas, passando de Ascendi International Holding B.V. para Lineas International Holding. B.V.

Em 30 de junho de 2017 e em 31 de dezembro de 2016, o capital autorizado da Companhia era de R\$ 303.578.

O capital social será reajustado anualmente, quando necessário, pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado à tarifa de pedágio, não podendo este ser inferior a 10% do montante do investimento realizado e a realizar no ano subsequente. Se eventualmente o capital subscrito tornar-se inferior ao requerido, este deverá ser aumentado.

A Companhia não poderá proceder à redução de seu capital social ou adquirir as suas próprias ações durante o prazo de concessão.

b) Distribuição de lucros

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido, após os ajustes necessários consoantes as prescrições legais do Brasil.

A Companhia não possui previsão estatutária de reserva de lucros, além da reserva legal. No entanto, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, os acionistas reunidos em AGO poderão deliberar a retenção de parcela do lucro líquido do exercício alocada para o pagamento de despesas previstas em orçamento de capital que tenha sido previamente aprovado.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias em 30 de junho de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15. Receita operacional líquida

A receita é apurada em conformidade com o regime contábil de competência de exercício, sendo mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo abatimentos e impostos ou encargos sobre os serviços prestados.

Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver o reconhecimento de receita:

Contratos de construção qualificados e classificados como serviços de construção

Essas receitas variam de acordo com os investimentos efetuados pela Companhia para cumprir com os compromissos assumidos pela concessão. A margem de construção praticada é de 3,65%, em média, das aquisições de materiais faturados diretamente para a Companhia e empregados nos ativos que geram receitas.

Receitas oriundas das cobranças de pedágios

A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização dos bens públicos objetos das concessões pelos usuários.

Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto: (i) quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; (ii) quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e (iii) quando o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

Impostos incidentes sobre os serviços prestados consistem de Imposto sobre Serviços - ISS (de 2% a 5%), Programa de Integração Social - PIS (0,65%) cumulativo e (1,65%) não cumulativo e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS (3%) cumulativo e (7,6%) não cumulativo.

	<u>30/06/2017</u>	<u>30/06/2016</u>
Receita com arrecadação de pedágio	108.594	95.333
Receita de serviços de construção	22.506	20.605
Receitas acessórias	4.245	3.645
Impostos incidentes sobre os serviços prestados	<u>(10.328)</u>	<u>(9.635)</u>
	<u>125.017</u>	<u>109.948</u>

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias em 30 de junho de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16. Custos e despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

	<u>30/06/2017</u>	<u>30/06/2016</u>
Com pessoal	(10.857)	(7.492)
Serviços de terceiros	(3.896)	(2.859)
Depreciação e amortização	(17.123)	(6.906)
Ônus variável da concessão	(1.746)	(1.618)
Manutenção e conservação	(19.945)	(8.245)
Custo dos serviços de construção	(22.403)	(20.605)
Serviços de manutenção em rodovias	(4.034)	1.946
Provisão para demandas judiciais	(193)	117
Seguros e garantias	(1.265)	(1.198)
Honorários da administração	(1.055)	(659)
Outros	(2.611)	(1.946)
	<u>(85.128)</u>	<u>(49.465)</u>
Classificados como:		
Custos dos serviços prestados	(76.796)	(44.658)
Despesas gerais e administrativas	(8.332)	(4.807)
	<u>(85.128)</u>	<u>(49.465)</u>

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias em 30 de junho de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17. Despesas e receitas financeiras

As receitas e despesas financeiras são representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, de empréstimos e financiamentos e reversão de ajustes a valor presente, que são reconhecidos no resultado do semestre pelo regime de competência.

	<u>30/06/2017</u>	<u>30/06/2016</u>
Despesas financeiras		
Juros e variações monetárias sobre notas promissórias ou debêntures	(75.765)	(114.214)
Juros sobre mútuos com partes relacionadas	(7.335)	(6.941)
Variação monetária e reversão do ajuste a valor presente sobre a provisão para investimentos em rodovias	(1.015)	(202)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF		(19)
Juros sobre demais operações financeiras	(752)	
Outras despesas financeiras	(865)	(1.007)
	<u>(85.732)</u>	<u>(122.383)</u>
Receitas		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	14.164	16.694
Atualização de impostos a recuperar	1.204	4.055
Outras receitas financeiras	829	12
	<u>16.197</u>	<u>20.761</u>
Resultado financeiro	<u>(69.535)</u>	<u>(101.622)</u>

18. Benefícios a empregados

As despesas com salários, benefícios e encargos sociais dos empregados e administradores estão demonstradas a seguir:

	<u>30/06/2017</u>	<u>30/06/2016</u>
Salários e encargos sociais	(8.846)	(6.257)
Benefícios previstos em lei	(1.248)	(1.116)
Benefícios adicionais (i)	(1.147)	(778)
Plano de Participação nos Resultados (ii)	(671)	
	<u>(11.912)</u>	<u>(8.151)</u>

(i) Refere-se à assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida.

(ii) Refere-se à participação nos resultados de 2015, paga em 2017.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias em 30 de junho de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19. Resultado por ação

A tabela abaixo apresenta os cálculos dos resultados básico e diluído por ação (em milhares, exceto valores por ação):

	<u>30/06/2017</u>	<u>30/06/2016</u>
Numerador:		
Prejuízo do semestre	<u>(20.872)</u>	<u>(21.263)</u>
Denominador:		
Média ponderada do número de ações	<u>30.357.847.596</u>	<u>30.357.847.596</u>
Prejuízo básico e diluído por ação - R\$	<u>(0,000688)</u>	<u>(0,000700)</u>

Não houve transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações financeiras intermediárias.

20. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

A Alta Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos, os quais são resumidos abaixo:

a) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam somente o risco de taxa de juros.

Risco de taxa de juros

A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às aplicações financeiras, às debêntures e aos mútuos a pagar a partes relacionadas, sujeitos a taxas de juros variáveis.

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros em 30 de junho de 2017, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias em 30 de junho de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro--Continuação

a) Risco de mercado--Continuação

Risco de taxa de juros--Continuação

A Administração da Companhia considerou as seguintes premissas:

- CDI - taxa de 10,14% ao ano, observada no fechamento de 30 de junho de 2017, divulgada pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (CETIP), que no entender da Administração seriam estáveis no próximo ano.
- IPCA - variação de 3,00% nos últimos 12 meses, observada no fechamento de 30 de junho de 2017, divulgada pelo IBGE.

Passivo financeiro	Risco	Efeito no resultado antes dos impostos (1)		
		Cenário I Estável	Cenário II +25%	Cenário III +50%
Mútuos a pagar a partes relacionadas	Aumento do CDI	9.791	12.238	14.686
Debêntures	Aumento do IPCA	145.848	155.792	165.736

Passivo financeiro	Risco	Efeito no patrimônio líquido (1)		
		Cenário I Estável	Cenário II +25%	Cenário III +50%
Mútuos a pagar a partes relacionadas	Aumento do CDI	6.462	8.077	9.693
Debêntures	Aumento do IPCA	96.259	102.823	109.386

Ativo financeiro	Risco	Efeito no resultado antes dos impostos (1)		
		Cenário I Estável	Cenário II -25%	Cenário III -50%
Aplicações financeiras vinculadas	Queda do CDI	20.511	15.383	10.255

Ativo financeiro	Risco	Efeito no patrimônio líquido (1)		
		Cenário I Estável	Cenário II -25%	Cenário III -50%
Aplicações financeiras vinculadas	Queda do CDI	13.537	10.153	6.769

(1) Refere-se ao cenário hipotético de juros a incorrer/auferir para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias em 30 de junho de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro--Continuação

b) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. Os instrumentos financeiros que sujeitam a Companhia a riscos de crédito são representados, principalmente, por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas e contas a receber.

Contas a receber

O risco de crédito dos repassadores de recursos à Companhia (serviços de pedágio eletrônico, cupons de pedágio e cartões de pedágio) está sujeito aos procedimentos, controles e políticas estabelecidas pela Administração da Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos com base em critérios internos de classificação. A possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de problemas financeiros com esses repassadores de recursos é considerada mínima em função do curto prazo dos recebimentos e da qualidade dos respectivos créditos. A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada mensalmente pela Administração. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016 está registrado na rubrica "Contas a receber", no balanço patrimonial.

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia, de acordo com a política estabelecida pela Administração. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente pelo Conselho de Administração e pode ser atualizado ao longo do ano, o que está sujeito à aprovação da Diretoria Financeira. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em relação aos componentes do balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016 está registrado na rubrica "Caixa e equivalentes de caixa" e de "Aplicações financeiras vinculadas", no balanço patrimonial.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias em 30 de junho de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro--Continuação

c) Risco de liquidez

Risco de liquidez representa o risco de encurtamento nos recursos destinados para pagamento de dívidas.

A tabela abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 30 de junho de 2017 com base nos pagamentos contratuais não descontados.

	Menos de 3 meses	De 4 a 12 meses	Mais de 12 meses	Total
Fornecedores e prestadores de serviços	15.115			15.115
Debêntures		22.756	1.303.131	1.325.887
Credor pela concessão	301			301
Mútuos a pagar a partes relacionadas (Nota 11.b)			96.555	96.555
Total	15.416	22.756	1.399.686	1.437.858

d) Instrumentos financeiros por categoria

Os principais ativos e passivos financeiros, estão demonstrados a seguir:

	30/06/2017	31/12/2016
Ativos financeiros		
Valor justo através do resultado		
Aplicações financeiras	204.820	236.303
Empréstimos e recebíveis:		
Caixa e equivalentes de caixa	10.212	260
Contas a receber de clientes	14.895	16.715
Passivos financeiros ao custo amortizado:		
Debêntures	1.325.887	1.312.477
Contas a pagar a fornecedores	15.115	24.879
Outras contas a pagar	2.128	2.440
Partes relacionadas - mútuo a pagar	96.555	89.220
Obrigações com o poder concedente	301	719

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias em 30 de junho de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro--Continuação

e) Gestão do capital social

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha uma relação adequada de capital, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

O capital social não pode ser inferior a 10% do montante do investimento realizado e a realizar no ano subsequente. Se eventualmente o capital subscrito tornar-se inferior ao requerido, este deverá ser aumentado.

Abaixo está apresentada a estrutura de dívida líquida da Companhia:

	<u>30/06/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Mútuos a pagar a partes relacionadas	96.555	89.220
Debêntures	1.325.887	1.312.477
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(12.757)	(1.680)
(-) Aplicações financeiras vinculadas	(202.275)	(234.881)
Dívida líquida	<u>1.207.410</u>	<u>1.165.136</u>
Patrimônio líquido	<u>41.335</u>	<u>62.207</u>
Patrimônio líquido e dívida líquida	<u>1.248.745</u>	<u>1.227.343</u>

21. Valor justo dos ativos e passivos financeiros

O valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia aproxima-se do seu valor contábil a exceção das debêntures, cuja comparação do valor contábil e do valor justo está apresentada a seguir:

	<u>30 de junho de 2017</u>		<u>31 de dezembro de 2016</u>	
	<u>Valor contábil</u>	<u>Valor justo</u>	<u>Valor contábil</u>	<u>Valor justo</u>
Passivos financeiros				
Debêntures (Nota 13) (i)	<u>1.394.481</u>	<u>1.149.583</u>	<u>1.375.454</u>	<u>1.308.655</u>

(i) Saldo contábil não inclui os efeitos dos custos de emissão.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias em 30 de junho de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21. Valor justo dos ativos e passivos financeiros - Continuação

- O valor justo das debêntures foi obtido utilizando técnicas de avaliação com dados observáveis no mercado, divulgados pela AMBIMA.

Hierarquia de valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;
- Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Exceto pelo saldo de disponibilidades (nível 1), os demais instrumentos financeiros da Companhia são classificados como nível 2.

22. Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por companhias do mesmo ramo.

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenizações
Todos os riscos	Riscos operacionais	104.143
	Responsabilidade civil geral	31.527
	Responsabilidade civil de diretores e administradores	20.000
Seguro garantia	Garantia de cumprimento das funções operacionais de conservação e de pagamento mensal (ônus variável)	91.913
	Garantia de cumprimento das funções de ampliação	141.400

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias em 30 de junho de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

23. Informações complementares dos fluxos de caixa

	<u>30/06/2017</u>	<u>30/06/2016</u>
Transações que não envolvem desembolsos de caixa		
Adições ao intangível com capitalização de juros	9	326

A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

24. Eventos subsequentes

Reajuste das tarifas de pedágio

Foi publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo, em 30 de junho de 2017, Deliberação Extraordinária do Conselho Diretor da ARTESP acerca do reajuste das tarifas de pedágios. Em suma, a deliberação autorizou o reajuste das tarifas nas praças de pedágio da Concessionária Rodovias do Tietê S.A., a partir de 1º de julho de 2017, no percentual de 3,6%.

Em 31 de julho, a companhia divulgou na Comissão de Valores Mobiliários – CVM, uma proposta de reorganização de sua estrutura de capital aos debenturistas, com a finalidade de readequar o endividamento da Companhia ao seu fluxo de caixa (“Plano Financeiro”).

Alterações propostas:

- Prazo de Vigência e Data de Vencimento;
- Amortização Programada;
- Alteração da proporção do valor nominal unitário a ser amortizado;
- Alteração do pagamento de remuneração;
- Exclusão de índices financeiros;
- Alteração do Quórum; e
- Alteração na estrutura de contas reservas.

Até a presente data a proposta apresentada não havia sido aprovada pelos debenturistas. Uma assembleia de debenturistas deve ser convocada e acontecer até 29 de setembro de 2017.



1S17

Divulgação de Resultados

www.rodoviasdotiete.com.br



Relatório da Administração - 30 de Junho 2017

31 de Agosto de 2017 - A Concessionária Rodovias do Tietê S.A.- “Rodovias do Tietê”, que administra 415 km de rodovias e acessos no Estado de São Paulo, divulga seus resultados do 1º semestre de 2017.

Apresentação dos Resultados

O relatório da administração e as informações financeiras do primeiro semestre de 2017 da Concessionária Rodovias do Tietê S.A. relativas aos semestres findos em 30 de junho de 2017 e de 2016 e ao exercício findo de 31 de dezembro de 2016 foram elaboradas de acordo com as disposições legais do CPC 26 – Demonstrações Contábeis emitido pelo Comitê de Pronunciamento Técnico, da deliberação CVM (Comissão de Valores Mobiliários) nº 676 e de acordo com a Norma Internacional IAS 1 - Presentation of Financial Statements.

Tópicos	Índice
Sobre a Concessão	Página 3
Destaques	Página 4
Sumário Executivo	Página 5
Tráfego de veículos e Eixos equivalentes	Página 6
Tráfego por praça	Página 7
Tarifas de pedágio	Página 8
Receitas	Página 9
Custos e Despesas operacionais	Página 10
EBITDA e Margem ebtida	Página 11
Resultado Financeiro	Página 12
Debêntures	Página 13
Principais Obras e Investimentos	Página 16
Responsabilidade Socioambiental	Página 17
Demonstrações Financeiras	Página 18
Relacionamento com o Auditor	Página 22

Nuno Coelho

*Diretor Administrativo, Financeiro
e de Relações com Investidores / CFO*

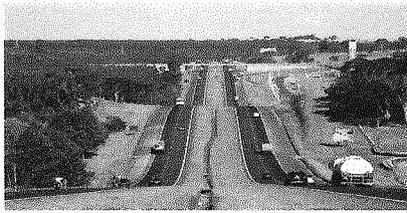
Tel.: (11) 4602-7900

Fax: (11) 4602-8069

Email: ri@rodoviasdotiete.com.br

www.rodoviasdotiete.com.br/ri



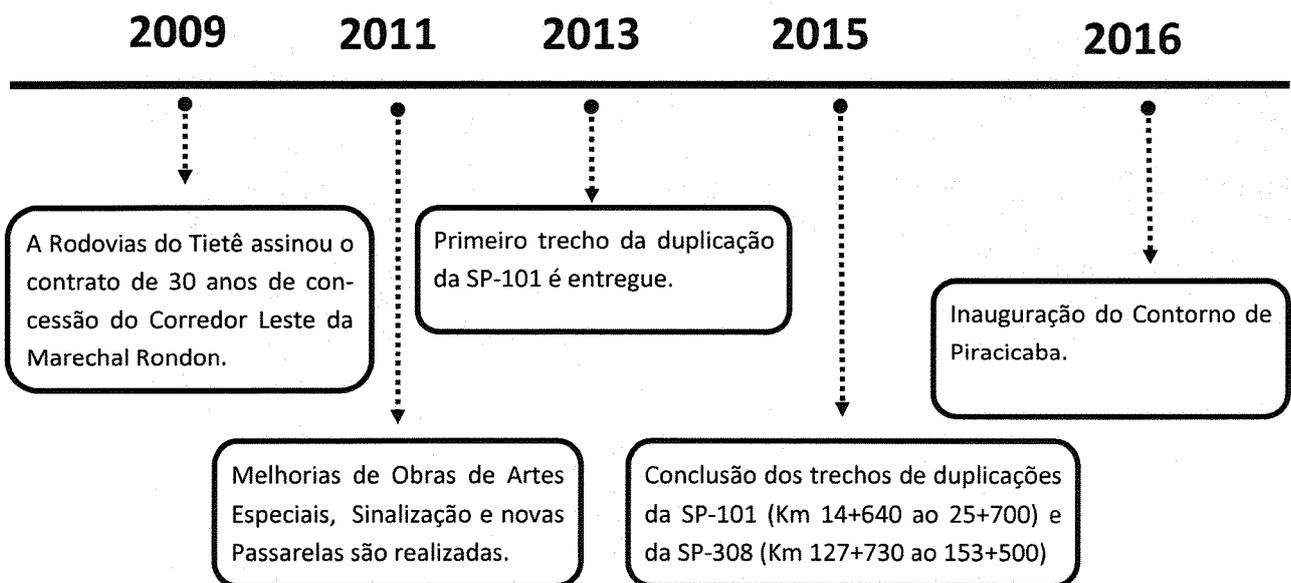


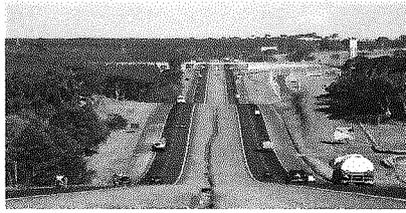
Concessionária

Em abril de 2009, a Rodovias do Tietê assinou, junto ao Governo do Estado de São Paulo, o contrato de concessão de 30 anos do Corredor Leste da Marechal Rondon. Para a gestão dos mais de 400 km de rodovias e acessos, a Concessionária pagou, em 18 meses, R\$ 542MM a título de outorga fixa, reajustada pelo IPCA.

O trecho concedido é constituído pela SP-101 (Rodovia Jornalista Francisco Aguirre Proença), SP-113 (Rodovia Dr. João José Rodrigues), SP-308 (Rodovia Comendador Mário Dedini), SP-300 (Rodovia Marechal Rondon) e SP-209 (Rodovia Prof. João Hipólito Martins), interligando 25 municípios do interior do Estado de São Paulo.

Nos próximos anos de concessão, serão investidos mais de R\$ 2,1Bi na duplicação de mais de 90 km de vias, construção de 73 km de vias marginais, 87 km de faixas adicionais, 148 km de acostamentos e 24 passarelas. Entre as principais obras estão a duplicação da SP-101 e da SP-308 e o Contorno de Piracicaba, que contribuem com o desenvolvimento econômico da região e proporcionam mais segurança aos milhares de usuários que utilizam o sistema diariamente.





Destaques:

Receita

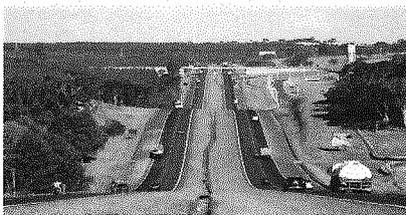
- ✓ R\$ 102 milhões de receita líquida.

Tráfego

- ✓ Aumento de 3,02% no tráfego pedagiado e aumento de 4,43% no tráfego em eixos equivalentes, principalmente pela liberação do acesso na SP-300 por conta da interdição do trecho da Serra de Botucatu causada pelo acidente geológico ocorrido em 2016.

Obras

- ✓ Melhorias de dispositivos - SP-300; e
- ✓ Recuperação de Pavimento - SP-308.

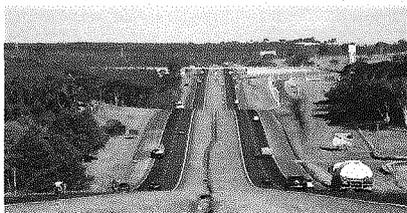


Sumário Executivo

A economia brasileira no primeiro semestre de 2017 apresentou sinais de recuperação e crescimento. A taxa básica de juros do Banco Central do Brasil (SELIC) fechou em 10,15% a.a em junho de 2017, segundo o relatório do COPOM. Vale ressaltar também que o IBGE apurou o índice oficial de inflação do país (IPCA) em 1,18% no acumulado nos primeiros seis meses de 2017. Segundo relatório Focus do Banco Central, divulgado no dia 30 de junho de 2017, a previsão é que o Produto Interno Bruto (PIB) de 2017 fique 0,39% superior ao de 2016. O crescimento do PIB, segundo os economistas, é efeito do setor da agropecuária, que vem crescendo pela supersafra de grãos registrada no período.

No primeiro semestre de 2017 houve um crescimento de aproximadamente 3,02% no tráfego de veículos, quando comparado ao mesmo período do ano anterior, esse crescimento deve-se, principalmente pela liberação total do trecho na Serra de Botucatu que ficou bloqueado de Janeiro de 2016 à Março de 2016 para veículos leves e de Janeiro de 2016 à Setembro de 2016 para veículos pesados, devido a um acidente geológico.

As principais obras realizadas no primeiro semestre de 2017 foram a recuperação do pavimento da SP-308 e as melhorias nos dispositivos da SP-300.



Tráfego

No primeiro semestre de 2017 o volume de tráfego teve um acréscimo de 3,02% quando comparado ao mesmo período do ano anterior. O fluxo de veículos de passeio cresceu 2,60%, enquanto comerciais leves e pesados cresceram em 2,63% e 6,77% respectivamente.

>> Veículos

Tráfego em milhares de veículos	2017*	2016*	Variação
Passeio	9.788.009	9.539.849	2,60%
Comercial Leve	1.647.610	1.605.411	2,63%
Comercial Pesado	1.322.538	1.238.662	6,77%
Total	12.758.157	12.383.922	3,02%

*Volume acumulado do período de Janeiro à Junho.

No primeiro semestre de 2017 o volume de tráfego de eixos equivalentes cresceu 4,43% quando comparado ao mesmo período do ano anterior. O fluxo de veículos de passeio cresceu 2,59%, enquanto comerciais leves e pesados cresceram em 2,58% e 7,80% respectivamente.

>> Eixos Equivalentes

Tráfego em milhares de veículos	2017*	2016*	Variação
Passeio	9.637.098	9.393.547	2,59%
Comercial Leve	4.111.091	4.007.863	2,58%
Comercial Pesado	7.928.437	7.354.700	7,80%
Total	21.767.626	20.756.110	4,43%

*Volume acumulado do período de Janeiro à Junho.

Este crescimento é resultado de dois fatores principais, a retomada do crescimento econômico do país e a liberação do trecho da Serra de Botucatu em março de 2016 para veículos leves e em setembro de 2016 para veículos pesados.

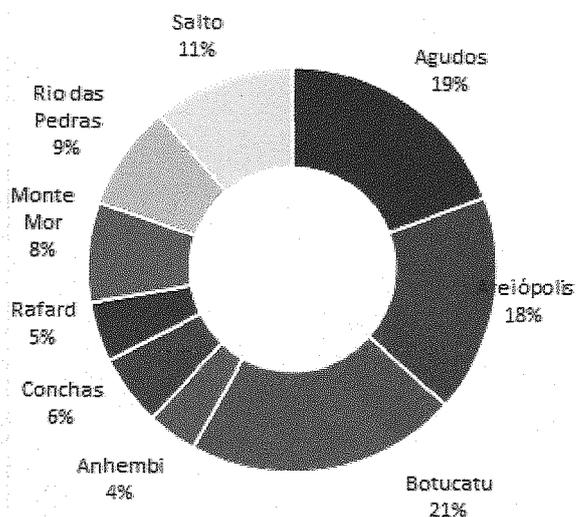


Tráfego

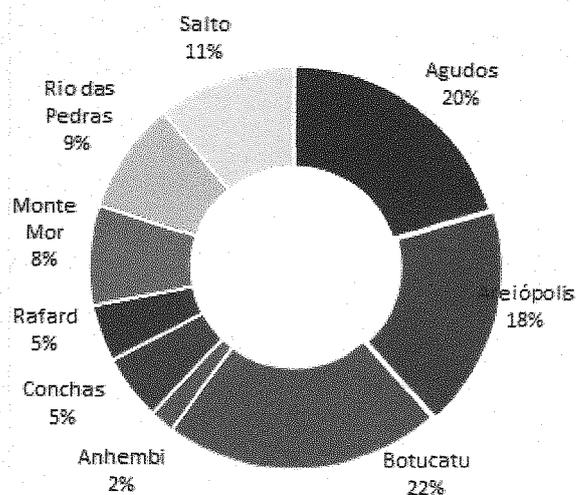
>> Tráfego por praça

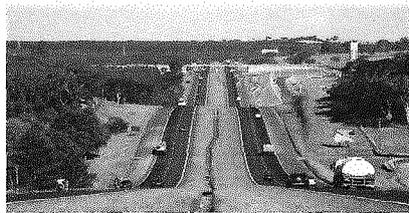
O corredor de exportação localizado na SP-300 composto pelas praças de pedágio de Agudos, Areiópolis e Botucatu, representa a maior parte da receita da companhia, cerca de 60% em eixos equivalentes. Já os corredores Municipal, Multisetorial e Industrial somados representam 40% da receita.

1º Semestre 2017



1º Semestre 2016





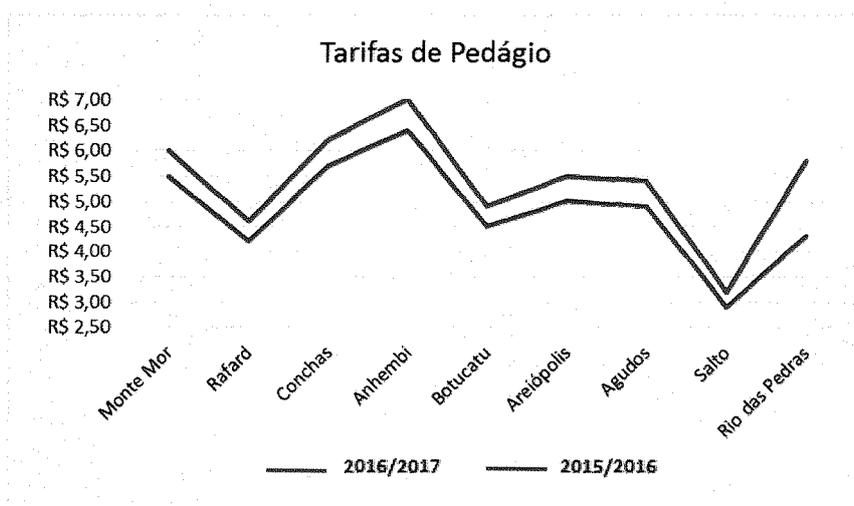
Tráfego

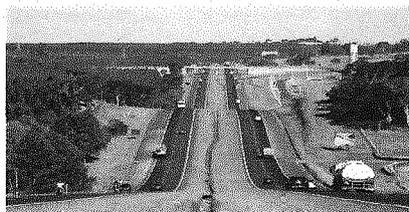
>> Tarifas de Pedágio

Em Julho de 2016 houve reajuste das tarifas de pedágio em 9,32% em linha com o IPCA divulgado pelo IBGE, além da reclassificação tarifária da Praça de Pedágio de Rio das Pedras em função do término da 1ª fase de duplicação da SP-308.

A tarifa média da Concessionária por eixo equivalente é de R\$ 5,40, contra R\$ 4,82 em 2015/2016.

Praça de pedágio	2016/2017	2015/2016
Monte Mor	R\$ 6,00	R\$ 5,50
Rafard	R\$ 4,60	R\$ 4,20
Conchas	R\$ 6,20	R\$ 5,70
Anhembi	R\$ 7,00	R\$ 6,40
Botucatu	R\$ 4,90	R\$ 4,50
Areiópolis	R\$ 5,50	R\$ 5,00
Agudos	R\$ 5,40	R\$ 4,90
Salto	R\$ 3,20	R\$ 2,90
Rio das Pedras	R\$ 5,80	R\$ 4,30
Tarifa Média	R\$ 5,40	R\$ 4,82





Receitas

Receitas (em R\$ mil)	2017*	2016*	Variação
Receitas de Pedágio	108.594	95.333	13,91%
Receitas Acessórias	4.245	3.645	16,46%
Impostos sobre Receitas	(10.328)	(9.635)	7,19%
Receitas Operacionais	102.511	89.343	14,74%
Receitas de Construção	22.506	20.605	9,23%
TOTAL	125.017	109.948	13,71%

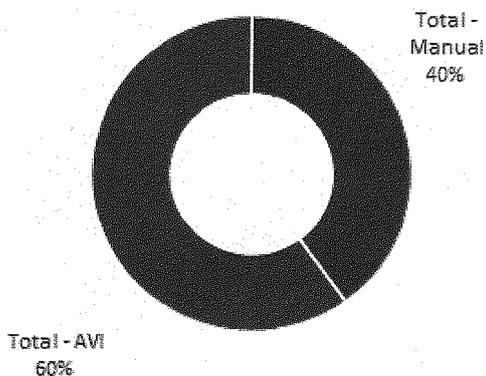
*Saldo acumulado do período de Janeiro à Junho.

A Concessionária obteve, no primeiro semestre de 2017, uma receita bruta com arrecadação de pedágio de R\$ 108.594 mil (R\$ 95.333 mil no mesmo período de 2016) e arrecadou R\$ 4.245 mil (R\$ 3.645 mil em 2016 no mesmo período) a título de receita acessória. Sobre estes valores foram recolhidos ISS, PIS e CO-FINS totalizando R\$ 10.328 mil no período (R\$ 9.635 mil no mesmo período do ano anterior).

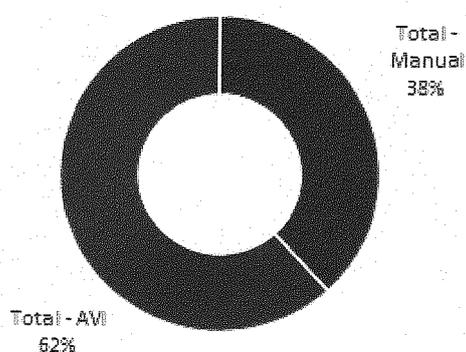
Além disso, atendendo às novas Normas de Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, a Concessionária reconheceu, no período em análise, R\$ 22.506 mil de receita de construção contra R\$ 20.605 mil em 2016 com contrapartida nos custos de construção.

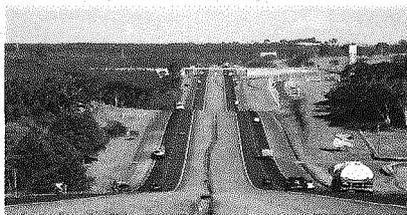
>> Formas de Pagamento

1º Semestre 2017



1º Semestre 2016





Custos e Despesas Operacionais

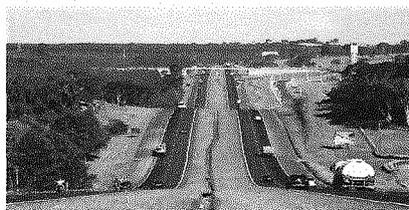
Os custos e despesas operacionais refletem os dispêndios com manutenção e conservação da infraestrutura concedida, gastos com pessoal e os custos referentes à outorga variável sobre a arrecadação de pedágio e as receitas acessórias. Já os demais custos representam lançamentos contábeis oriundos das novas práticas contábeis e que não geram efeito caixa.

Custos e Despesas Operacionais	2017*	2016*	Variação
Com pessoal	(10.857)	(7.492)	44,91%
Serviços de terceiros	(3.896)	(2.859)	36,27%
Ônus variável da concessão	(1.746)	(1.618)	7,91%
Manutenção e conservação	(19.945)	(8.245)	141,90%
Provisão para demandas judiciais	(193)	117	-264,96%
Seguros e garantias	(1.265)	(1.198)	5,59%
Honorários da administração	(1.055)	(659)	60,09%
Outros	(2.611)	(1.946)	34,17%
Subtotal	(41.568)	(23.900)	73,92%
Depreciação e amortização	(17.123)	(6.906)	147,94%
Custo dos serviços de construção	(22.403)	(20.605)	8,73%
Serviços de manutenção em rodovias	(4.034)	1.946	-307,30%
Total	(85.128)	(49.465)	72,10%

*Saldo acumulado do período de Janeiro à Junho.

No primeiro semestre de 2017, houve aumento de 73,92% nos custos e despesas operacionais que passaram de R\$ 23.900 mil em 2016 para R\$ 41.568 mil em 2017. As principais variações foram:

- ⇒ **Com pessoal:** Em 2016 não foi aprovado o pagamento de Participação nos Resultados referente ao exercício de 2015 e, com isso, houve reversão da provisão. Em 2017, esta decisão foi revista e, excepcionalmente a contabilização ocorreu por caixa, concomitante ao pagamento da premiação.
- ⇒ **Serviços de terceiros:** Honorários advocatícios relacionados aos depósitos de discussões trabalhistas (ver nota explicativa 12.a);
- ⇒ **Manutenção e conservação:** Reversões de cauções (R\$ 8 milhões) em 2016. Além de maiores despesas com conservação de pavimento devido à proximidade no novo ciclo de recapeamento que será iniciado em 2018;
- ⇒ **Provisão para demandas judiciais:** Redução em função da alteração de status dos processos cíveis e trabalhistas;
- ⇒ **Honorários da administração:** idem ao comentário da variação em despesas com pessoal; e
- ⇒ **Depreciação e amortização:** Em 2016 houve revisão da curva de tráfego devido ao novo cenário macroeconômico, sendo as taxas adotadas já em linha com este novo cenário.



EBITDA e MARGEM EBITDA

O EBITDA apresentado na tabela abaixo é ajustado para melhor refletir a geração de caixa da Companhia, ou seja, com a exclusão das provisões para manutenções futuras exigida pelas novas práticas contábeis.

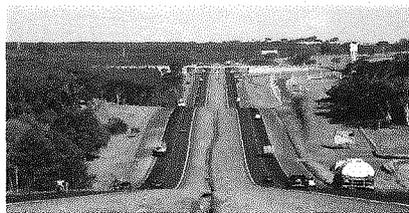
EBITDA (em R\$ mil)	2017*	2016*	Variação
Resultado Líquido do Período	(20.872)	(21.263)	-1,84%
(+/-) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(8.647)	(10.865)	-20,41
(+/-) Resultado Financeiro Líquido	69.535	101.622	-31,57
(+/-) Depreciação e Amortização	17.123	6.906	147,94%
EBITDA	57.139	76.400	-25,21%
(+/-) Provisão para Manutenções Futuras	4.034	(1.946)	-307,30%
EBITDA AJUSTADO (a)	61.173	74.454	-17,84%
Receitas Operacionais (b)	102.511	89.343	14,74%
MARGEM EBITDA AJUSTADO (a/b)	59,67%	83,34%	-23,66 p.p

*Saldo acumulado do período de Janeiro à Junho.

No primeiro semestre, houve uma redução de 17,84% no EBITDA ajustado, que passou de R\$ 74.454 mil no primeiro semestre de 2016 para R\$ 61.173 mil no mesmo período em 2017, principalmente pelas variações nos custos operacionais, detalhados na página anterior.

Já a margem EBITDA teve uma redução de 23,66 p.p., resultado do menor EBITDA.

Além disso, houve um aumento de 147,94% na depreciação e amortização que passou de R\$ 6.906 mil no primeiro semestre de 2016 para R\$ 17.123 mil no mesmo período em 2017, em função da revisão da taxa de amortização da curva de demanda de tráfego e da conclusão das obras do Contorno de Piracicaba. Houve também uma variação de 307,30% na provisão para manutenções futuras por conta da revisão das provisões para manutenção futura da infraestrutura.



Resultado Financeiro

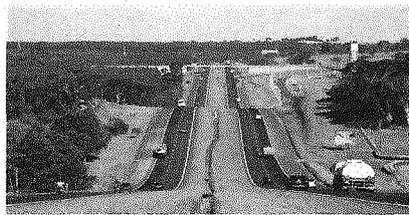
O resultado financeiro do primeiro semestre de 2017, comparado ao mesmo período de 2016, é composto da seguinte forma:

Resultado Financeiro (em R\$ mil)	2017*	2016*	Variação
Debêntures e Notas Promissórias	(75.765)	(114.214)	-33,66%
Mútuo	(7.335)	(6.941)	5,68%
Outras Despesas Financeiras	(2.632)	(1.228)	114,33%
TOTAL DESPESAS FINANCEIRAS	(85.732)	(122.383)	-29,95%
Receitas Financeiras	16.197	20.761	-21,98%
TOTAL RESULTADO FINANCEIRO	(69.535)	(101.622)	-31,57%

*Saldo acumulado do período de Janeiro à Junho.

No primeiro semestre de 2017 houve redução de 31,57% no resultado financeiro que passou de (R\$ 101.622) mil no primeiro semestre de 2016 para (R\$ 69.535) mil no mesmo período em 2017. As principais variações foram:

- ⇒ Debêntures: Menor IPCA incidente sobre o principal;
- ⇒ Juros linha de crédito Itaú: O valor total captado foi amortizado ainda no primeiro trimestre de 2017;
- ⇒ Receitas Financeiras: Atualização de impostos a recuperar pela SELIC.



Debêntures

Conforme aprovado em reuniões do Conselho de Administração e Assembleia Geral Extraordinária realizadas em 13 de maio de 2013, bem como autorizada pela ARTESP, por meio de Deliberação do Conselho Diretor de 23 de maio de 2013, publicada no Diário Oficial da União em 30 de maio de 2013, a Companhia efetuou, em 15 de junho de 2013, a emissão de 1.065.000 debêntures simples, incentivadas de acordo com a lei 12.431, com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais), sob regime de garantia firme de colocação, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantia real, em série única, nominativas e escriturais, perfazendo o montante total de R\$1.065.000 mil.

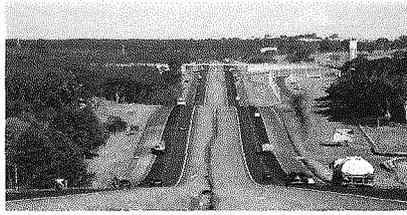
As debêntures foram objeto de oferta pública de distribuição registrada na CVM, em conformidade com a Instrução CVM 400 e demais disposições legais, regulamentares e auto regulatórias aplicáveis. O registro da Oferta foi requerido por meio do procedimento simplificado instituído pela Instrução da CVM 471, sendo a oferta submetida previamente à análise da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – ANBIMA (“ANBIMA”).

Foram também realizados simultaneamente esforços de colocação das debêntures: (1) nos Estados Unidos da América em operações isentas de registro nos termos da U.S. Securities Act of 1933 para compradores institucionais qualificados, conforme definidos na Rule 144A editada pela Securities and Exchange Commission dos Estados Unidos (“SEC”); e (2) nos demais países, que não os Estados Unidos da América e o Brasil, para investidores que sejam pessoas não residentes nos Estados Unidos da América ou não constituídas de acordo com as leis daquele país, de acordo com a legislação vigente no país de domicílio de cada investidor e com base na Regulation S, editada pela SEC no âmbito do Securities Act.

Os recursos obtidos na data de liquidação, em 05 de julho de 2013, totalizaram R\$1.071.202 mil. Esses recursos financeiros, líquidos de custos de captação de R\$65.320 mil, foram utilizados na liquidação antecipada da 4ª série de Notas Promissórias comerciais, no montante de R\$610.210 mil, em 05 de julho de 2013, e o restante permaneceu investido em contas reservas para garantir o pagamento dos juros sobre as debêntures, o financiamento parcial das obras previstas no Contrato de Concessão e de Custos Operacionais.

As debêntures estão garantidas pela alienação fiduciária das ações da Companhia e cessão fiduciária dos direitos creditórios oriundos da concessão.

As debêntures são remuneradas pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA (“IPCA”), apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, mais juros anuais de 8% e o prazo de vigência de 15 (quinze) anos contados da data de emissão em 15 de junho de 2013, vencendo-se, portanto, em 15 de junho de 2028, porém com amortizações semestrais programadas do valor nominal a partir de 15 de dezembro de 2017. Os juros são pagos semestralmente. Já foram realizados seis pagamentos, em 15 de dezembro de 2013 no montante de R\$ 43.653 mil, em 15 de junho de 2014, no montante de R\$ 43.365 mil, em 15 de dezembro de 2014, no montante de R\$ 46.517 mil, em 15 de junho de 2015, no montante de R\$ 46.650 mil, em 14 de dezembro de 2015, no montante de R\$ 50.981 mil, em 14 de junho de 2016, no montante de R\$ 51.851 mil, em 14 de dezembro de 2016, no montante de R\$ 54.109 mil e em 14 de junho de 2017, no montante de R\$ 54.157 mil.



Debêntures - (continuação)

Em 18 de Dezembro de 2015 foi realizada a assembleia geral de debenturistas (AGD) para deliberar sobre a dispensa do cumprimento dos seguintes Índices Financeiros estabelecidos na Cláusula 4.16.3, item “m”, subitens “i” e “ii” da Escritura de Emissão:

- i) Índice de Cobertura do Serviços da Dívida (“ICSD”), conforme fórmula descrita no Anexo I da Escritura, para os seguintes períodos: (a) o período findo em 30 de junho de 2016; e (b) o período findo em 31 de dezembro de 2016; e
- ii) Relação entre Dívida Financeira (conforme definido na Escritura) e Capital Total (conforme definido na Escritura), para os seguintes períodos: (a) o período findo em 31 de dezembro de 2015; (b) o período findo em 30 de junho de 2016; e (c) o período findo em 31 de dezembro de 2016.

Ainda na mesma AGD, foram aprovados os seguintes condicionantes, a vigorar para os semestres findos em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2016 :

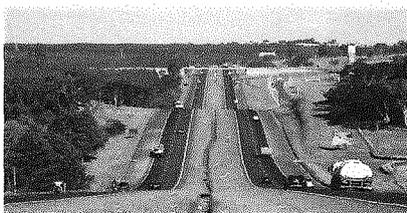
- i) Da relação entre Dívida Financeira e Capital Total em até 90/10; e
- ii) Do ICSD igual ou superior a 1,0 (um inteiro), conforme a fórmula descrita no Anexo I da Escritura de Emissão.

Além disso, a Companhia pagou aos titulares das Debêntures um prêmio flat de 0,55% sobre o saldo do valor nominal unitário atualizado na data de realização da AGD.

Em 12 de Junho de 2017 foi realizada nova assembleia geral de debenturistas (AGD) onde os debenturistas autorizaram a Companhia cumprir os Índices Financeiros abaixo.

- (i) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, para o período de doze meses findo em 30 de junho de 2017 para que seja igual ou superior a 0,60; e
- (ii) que a relação entre Dívida Financeira e Capital Total, para o período de doze meses findo em 30 de junho de 2017 seja de até 93/7.

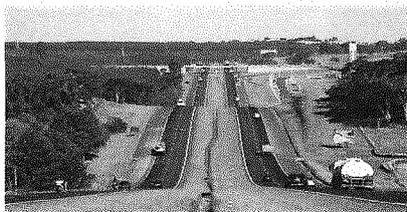
Assim, a Companhia ficou dispensada de cumprir os Índices Financeiros estabelecidos na Cláusula 4.16.3, item “m”, subitens “i” e “ii” da Escritura de Emissão. Além disso, foi autorizada a utilização de parte dos recursos depositados na “Conta Reserva do Serviço da Dívida” para o pagamento da Remuneração em 14/06/2017, além da recomposição do Saldo Obrigatório da Conta Reserva de Serviço da Dívida até 29 de Setembro de 2017 e uma apresentação de um plano de reestruturação financeira da Companhia até 31 de Julho de 2017.



Debêntures - (continuação)

Até a presente data a proposta apresentada não havia sido aprovada pelos debenturistas. Uma assembleia de debenturistas deve ser convocada e acontecer até 29 de setembro de 2017.

Período	ICSD	D/E Dívida e Patrimônio Líquido
Dezembro/2013	Não medido	83,67/16,33
Junho/2014	Não medido	83,95/16,05
Dezembro/2014	Não medido	84,35/15,65
Junho/2015	7,54	84,88/15,12
Dezembro/2015	1,82	87,95/12,05
Junho/2016	1,36	89,35/10,65
Dezembro/2016	1,46	89,66/10,34
Junho/2017	1,63	90,58/9,42



Obras e Investimentos

Melhorias de Dispositivos - SP-300

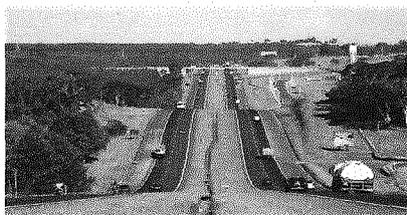


Melhoria de 20 dispositivos na SP-300. O custo total estimado até o fim das obras é de R\$ 8,3 milhões e o custo já incorrido até junho de 2017 foi de R\$ 6,5 milhões.

Recuperação de Pavimento - SP-308



Houve restauro do pavimento da rodovia SP-308, entre os quilômetros 127 ao 153, no sentido Norte. A obra em questão passou pela fresagem da faixa 02, ao longo dos 25 quilômetros, e a respectiva recomposição foi feita através de pavimento invertido com revestimento asfáltico, base granular e sub-base cimentada. Para isso foi necessário executar um desvio de todo o tráfego para a pista Sul em segmentos de 5 km, proporcionando, excelentes condições de segurança tanto para o usuário como para os profissionais de obra. O custo total estimado da obra é de R\$ 20,4 milhões e o custo incorrido foi de R\$ 8,7 milhões.



Responsabilidade Socioambiental

Campanha



Foram realizadas campanhas de “Mutirão contra a Dengue” em parceria com a empresa ELO Construções e Instalações. As campanhas promoveram a limpeza e a retirada de entulhos, como também a população foi orientada como evitar o aparecimento de criadouros do mosquito transmissor da dengue.

Café na Passarela



O Café na Passarela possui duas edições a cada mês, e tem como objetivo orientar e incentivar os pedestres a utilizarem a passarela, e ressaltar os motivos de segurança. Os usuários foram conscientizados pela Concessionária com o apoio da Artesp, sobre a importância do uso da passarela na travessia, como forma de garantir a sua própria segurança e de seus familiares.

Palestras

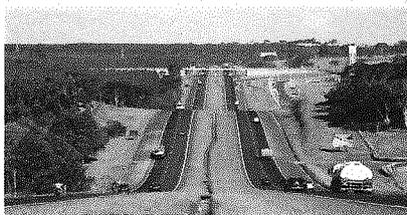


Durante todo o mês de maio, diversas atividades foram realizadas pela concessionária em prol do movimento “Maio Amarelo”. Palestras sobre segurança viária foram ministradas no SENAI, Instituto Federal (IF) e na empresa de energia CPFL. Essa ação integra o Plano de Redução de Acidentes (PRA) da Companhia.

Projeto Abrace o Trânsito #Escola

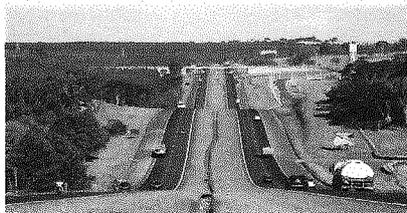


O Projeto Escola visa instruir as crianças no bom comportamento no trânsito, com dicas, vídeos educativos e orientações sobre os perigos no trânsito. O Abrace o trânsito promove uma manhã lúdica com apresentação de vídeos do Denatran, palestras de orientação, simulação de resgate e visita ao Centro de Controle Operacional da Concessionária. Parte das escolas dos municípios de Salto, Elias Fausto e Capivari foram beneficiadas com o programa.



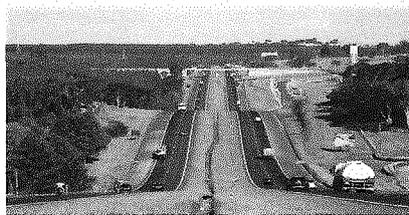
Balanco Patrimonial

Ativo (em R\$ mil)	30/06/2017	31/12/2016
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	12.757	1.680
Aplicações financeiras vinculadas (Nota 5)	-	600
Contas a receber (Nota 6)	14.895	16.715
Despesas Antecipadas	1.874	1.645
Impostos a recuperar (Nota 7)	9.205	9.433
Outros ativos	1.328	906
	40.059	30.979
Não circulante		
Aplicações financeiras vinculadas (Nota 5)	202.275	234.281
Tributos a recuperar (Nota 7)	13.711	16.075
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 8.a)	127.882	119.235
Despesas antecipadas	170	263
Depósitos judiciais (Nota 12)	24.596	23.170
Outros ativos	4.458	4.200
Imobilizado (Nota 09)	10.468	11.059
Intangível (Nota 10)	1.165.048	1.153.969
	1.548.608	1.562.252
Total do ativo	1.588.667	1.593.231



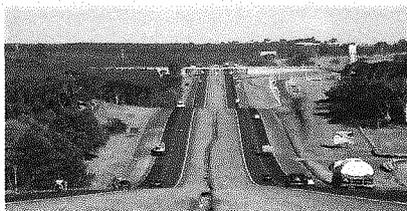
Balanço Patrimonial

Passivo (em R\$ mil)	30/06/2017	31/12/2016
Circulante		
Fornecedores e prestadores de serviços	15.115	24.879
Debêntures (Nota 13)	22.756	14.076
Credor pela concessão	301	719
Obrigações tributárias	2.986	2.921
Obrigações trabalhistas	3.799	3.296
Provisões (Nota 12)	8.954	1.787
Outros passivos	228	427
	54.139	48.105
Não circulante		
Provisões (Nota 12)	91.607	93.285
Debêntures (Nota 13)	1.303.131	1.298.401
Mútuos a pagar a partes relacionadas (Nota 11.b)	96.555	89.220
Outros passivos	1.900	2.013
	1.493.193	1.482.919
Total do passivo	1.547.332	1.531.024
Patrimônio líquido (Nota 14)		
Capital social	303.578	303.578
Prejuízos acumulados	(262.243)	(241.371)
Total do patrimônio líquido	41.335	62.207
Total do passivo e patrimônio líquido	1.588.667	1.593.231



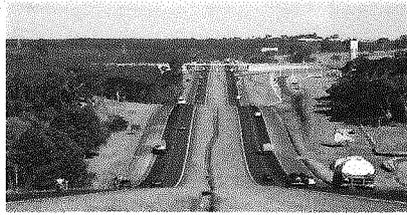
Demonstrações dos Resultados

Demonstração dos Resultados (em R\$ mil)	30/06/2017	30/06/2016
Receita operacional líquida (Nota 15)	125.017	109.948
Custos dos serviços prestados (Nota 16)	(76.796)	(44.658)
Lucro bruto	48.221	65.290
Despesas e receitas operacionais:		
Gerais e administrativas (Nota 16)	(8.332)	(4.807)
Outras receitas operacionais, líquidas	127	9.011
	(8.205)	4.204
Lucro antes das despesas e receitas financeiras	40.016	69.494
Despesas financeiras (Nota 17)	(85.732)	(122.383)
Receitas financeiras (Nota 17)	16.197	20.761
	(69.535)	(101.622)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(29.519)	(32.128)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 8.b)	8.647	10.865
Prejuízo do período	(20.872)	(21.263)
Prejuízo básico e diluído por ação - em R\$ (Nota 19)	(0,000688)	(0,000700)



Fluxo de Caixa

Demonstração do Fluxo de Caixa (em R\$ mil)	30/06/2017	30/06/2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do período	(20.872)	(21.263)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(8.647)	(10.865)
Depreciação e amortização	17.123	6.906
Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção em rodovias	946	202
Varição monetária, líquida, sobre provisão para investimentos	57	
Juros e variações monetárias sobre notas promissórias e empréstimos	67.687	114.214
Rendimento de aplicações financeiras	(14.164)	(14.352)
Perda na baixa de bens do ativo intangível e imobilizado		108
Juros sobre mútuos com partes relacionadas	7.335	6.941
Provisão para contingências	451	(117)
Provisão para manutenção em rodovias	4.035	(1.946)
Varição no capital circulante		
Contas a receber	1.820	1.735
Despesas antecipadas	(136)	1.069
Tributos a recuperar	2.592	(6.794)
Depósitos judiciais	(1.426)	(4.976)
Outros ativos	(680)	(8.268)
Fornecedores e prestadores de serviços	(9.764)	(13.378)
Credor pela concessão - ônus variável	(418)	(29)
Obrigações tributárias	65	(640)
Obrigações trabalhistas	503	(522)
Outros passivos	(312)	(138)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	46.195	47.887
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aplicações financeiras	(18.000)	
Resgate de aplicações financeiras	64.770	7.417
Investimentos no ativo imobilizado	(201)	(776)
Investimentos no ativo intangível	(27.410)	(23.761)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	19.159	(17.120)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de juros sobre financiamentos	(118)	
Pagamento de juros e encargos sobre debêntures	(54.159)	(51.482)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(54.277)	(51.482)
Aumento (diminuição) de caixa e equivalente de caixa	11.077	(20.715)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	1.680	39.512
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	12.757	18.797



Relacionamento com o Auditor

No semestre findo em 30 de junho de 2017, a Concessionária contratou a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (“PwC”) para a realização de outros trabalhos relacionados a compliance, mas que não afetaram a independência e a objetividade da PwC para auditar as demonstrações financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2017 e para revisar as informações trimestrais (ITRs) relativas ao primeiro e ao segundo trimestre de 2017.

Ao contratar outros serviços de seus auditores externos, a política de atuação da Companhia se fundamenta nos princípios que preservem a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.